



### Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas

**VISIONWARE – FLE00052024FEV** 





## Controlo e Aprovação do Documento

### Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição da Revisão	Autor
17/12/2022	1.0	Elaboração do documento	VisionWare
17/12/2024	2.0	Revisão do documento	Flex2000
20/03/2025	3.0	Alterações no Documento	Flex2000

#### **Documentos Relacionados**

ID do Documento	Descrição	Dono
ZGG003	Código de Ética e Conduta	
RAG002	Formulário de Avaliação de Fornecedores	
PAG001	Procedimento de Avaliação de Fornecedores	





#### Conteúdo

Controlo e Aprovação do Documento	1
Histórico de Revisões	2
Documentos Relacionados	2
Nota Informativa	5
Enquadramento Legal	6
Grupo PentaFlex	7
Missão, Visão e Valores	8
Relações Externas	9
Organograma	11
RGPC - Regime Geral de Prevenção da Corrupção	12
PPR - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	13
Situações de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesses	13
Acompanhamento, Avaliação e Atualização do Plano	14
Matriz de Risco	15
Áreas de Risco	17
Enquadramento dos crimes do âmbito do Regime Geral da Prevenção da corrupção	18
Medidas Preventivas e Corretivas	19
Medidas genéricas	20
Sanções para Atos de Corrupção e Infrações Conexas	29
Relatórios de Avaliação	29
Avaliação Intercalar	29
Avaliação anual	29
Anexos	30
Anexo I - Declaração de Pedido de Acumulação de Funções	30
Anexo II - Recebimento de presentes, hospitalidades e outros benefícios	31





#### **Nota Informativa**

O Grupo PentaFlex Holding investimentos e participações sociais, SGPS, S.A. doravante neste documento como Grupo PentaFlex, encontra-se abrangida pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

O Presente documento é redigido e aplicável ao Grupo PentaFlex. As atividades enunciadas e adequadamente inseridas no documento, numa assunção de riscos comuns ao universo das empresas da Grupo PentaFlex.

Empresas do Grupo contempladas:

- FLEX2000;
- FLEXPUR;
- FOAM X;

As referidas empresas estão operacionais e têm sede fiscal em território Nacional.



#### **Enquadramento Legal**

A introdução no ordenamento jurídico português do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com a Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, apelava já à prevenção da corrupção, através da publicação de um conjunto de recomendações.

A primeira recomendação a prevendo a necessidade de determinadas Organizações adotarem e divulgarem um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) foi publicada em julho de 2009, nos termos da qual «os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas.».

Posteriormente, em 1 de julho de 2015, o conselho aprovou uma nova recomendação determinando que os Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, deveriam, entre outras diretrizes, identificar de modo exaustivo os riscos de gestão, incluindo os relacionados à corrupção, além de estabelecer medidas preventivas.

Mais recentemente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril, aprovou a **Estratégia Nacional de Anticorrupção** (ENAC) 2020-2024. Com a prevenção como um dos pilares fundamentais no combate à corrupção, a ENAC definiu os seguintes objetivos:

- Promover a transparência e da integridade como valores comuns, integrantes de uma cultura partilhada por todos;
- Reforçar as instituições públicas e fortalecer a confiança nelas;
- Garantir de existência de igualdade de tratamento e de oportunidades para todos;
- Melhorar a gestão das finanças públicas, do ambiente de negócios e do desempenho da economia;
- Aumentar a segurança interna em relação a ameaças externas.

Em dezembro de 2021, foi publicado no *Diário da República* (1.ª série, n.º 237) o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, que introduziu um novo pacote legislativo para prevenção e combate à corrupção e infrações conexas. Esse diploma criou o **Regime Geral de Prevenção da Corrupção** (RGPC), impondo às entidades abrangidas a adoção de **Programas de Cumprimento Normativo** (PCN), os quais serão monitorizados pelo **Mecanismo Nacional Anticorrupção** (MENAC).

Com a criação do MENAC, o **Conselho de Prevenção da Corrupção** (CPC) cessou as suas funções, conforme estabelecido na Portaria n.º 155-B/2023, de 6 de junho.



O **MENAC** é uma entidade administrativa independente, com personalidade jurídica de direito público e poderes de autoridade, possuindo autonomia administrativa e financeira. Atua a nível nacional na prevenção da corrupção e infrações conexas, exercendo poderes de iniciativa, controlo e sanção.

Dessa forma, o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, em vigor desde 7 de junho de 2022, instituiu o MENAC e estabeleceu um regime específico que exige a implementação obrigatória de um **Programa de Cumprimento Normativo** por parte de determinadas entidades, incluindo o Grupo PentaFlex.

Atualmente, a corrupção continua sendo uma preocupação central das sociedades, influenciada pela competitividade dos mercados e por possíveis violações de códigos de conduta e ética. Esse problema afeta negativamente a concorrência entre agentes económicos, distorce o mercado e impede o seu desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o RGPC e sua aplicação prática representam um novo paradigma no combate à corrupção em Portugal.

Seguindo as recomendações do **Conselho de Prevenção da Corrupção** (CPC), a responsabilidade pela elaboração dos planos de prevenção de riscos recai sobre os órgãos máximos das entidades. No entanto, os dirigentes de cada unidade orgânica devem ser responsáveis pelas propostas de planos para os seus serviços e pela sua implementação eficaz.

Este Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi elaborado com o objetivo de identificar as principais áreas suscetíveis à ocorrência de atos de corrupção, analisar os riscos associados e estabelecer controles para mitigar tais riscos, garantindo maior segurança e conformidade dentro do Grupo PentaFlex.

### **Grupo PentaFlex**

#### **FLEX2000**

Fundada nos anos 70, a Flex2000 surgiu devido à crescente valorização do conforto.

Com uma visão atenta ao desenvolvimento global, a Flex2000 adotou desde cedo uma política de qualidade e distinção de produtos, comprometendo-se a nunca utilizar cargas na espuma. Este compromisso levou a investimentos significativos em investigação e desenvolvimento, bem como em inovação, resultando num portefólio de produtos e soluções de elevado valor acrescentado. Estes produtos não só satisfazem as necessidades dos consumidores, como também antecipam tendências de mercado e superam as expectativas das indústrias mais tecnológicas, disruptivas e exigentes a nível mundial. As indústrias atendidas incluem conforto, automóvel, construção, embalagem, desporto, calçado, saúde, higiene e limpeza, entre outras.



#### **FLEXPUR**

Em 2005, após diversas solicitações por parte da indústria corticeira e recorrendo a uma experiência acumulada de 30 anos na área dos poliuretanos, iniciaram-se trabalhos de Investigação e Desenvolvimento de pré-polímeros de poliuretano com o objetivo de desenvolver soluções para os aglomerados de cortiça.

Após aproximadamente dois anos de estudos, surge uma nova empresa dedicada à produção de aglutinantes de poliuretano para a indústria de cortiça – a FLEXPUR. Esta aproveita a sua localização estratégica relativamente a um dos principais polos industriais do sector corticeiro a nível mundial – Santa Maria da Feira – para se estabelecer como o principal parceiro dos seus clientes visando o desenvolvimento de soluções e produtos que garantam a sustentabilidade da indústria corticeira portuguesa.

Desde 2007, a FLEXPUR cresceu de forma sustentada, fruto da qualidade dos seus produtos e serviços e comprovada pelo desenvolvimento de produtos para outro mercados e aplicações. Neste percurso, foram desenvolvidos produtos e novas soluções para a indústria da cortiça, como os pré-polímeros com baixo teor em TDI livre, com incorporação de matérias-primas de base vegetal, isentos do isocianatos aromáticos e as dispersões de poliuretano, além de aglutinantes para a borracha, colas para espuma flexível, sistemas de poliureia, entre outros. Além de produtos, a FLEXPUR foi capaz de aumentar significativamente o seu conhecimento, não só no domínio dos poliuretanos, mas também dos processos de produção que utilizam os seus produtos ou da legislação relativa a contacto alimentar.

#### **FOAM X**

Empresa de trading complementar às duas empresas industriais – Flex2000 e Flexpur.

#### Missão, Visão e Valores

O grupo PentaFlex prossegue algumas missões, tais como:

- Trabalhar de forma segura e sustentável, garantindo que a nossa maquinaria opera de maneira eficiente e em conformidade com as normas ambientais, de segurança e saúde.
- Promover um espírito de trabalho em equipa baseado no rigor, responsabilidade e comunicação eficaz.
- Acreditar que o sucesso da empresa resulta do trabalho árduo, da dedicação e da resiliência.



- Comprometer-se a operar de forma organizada e eficiente, assegurando que os nossos produtos são reconhecidos no mercado pela sua qualidade.
- Adotar uma política de crescimento ambiciosa, refletindo o espírito dinâmico do Grupo PentaFlex e a sua crença na economia de mercado para obter resultados sustentáveis a longo prazo.
- Criar benefícios mútuos para clientes, colaboradores, fornecedores e para a comunidade onde estamos inseridos.

Acreditamos que os valores morais e éticos são a fundação de uma boa política de negócios permitindonos atuar com integridade. Para além disto, os benefícios e compensações da performance do nosso trabalho devem ser vistos como um prémio individual e coletivo. É através do investimento sistemático nas últimas tecnologias que está o sucesso e melhoria da nossa empresa e dos nossos produtos. A nossa filosofia é assente numa excelente relação com os nossos clientes, respondendo com grande expediente a todas as suas exigências.

Além disso, os benefícios e compensações pelo desempenho devem ser encarados como um reconhecimento individual e coletivo. Investimos continuamente nas mais avançadas tecnologias para impulsionar o crescimento da empresa e a qualidade dos nossos produtos.

A nossa filosofia assenta numa relação de excelência com os clientes, respondendo com rapidez e eficiência às suas exigências. Com a adoção de normas anticorrupção, reafirmamos o compromisso do Grupo PentaFlex em operar dentro do respeito pelas leis e normas vigentes, promovendo e defendendo os valores corporativos e princípios do nosso **Código Ético e de Conduta**. Rejeitamos, de forma absoluta, qualquer prática que possa estar direta ou indiretamente ligada à corrupção.

#### Relações Externas

O Grupo PentaFlex relaciona-se externamente com os seguintes agentes/entidades: Auditores externos, Autoridade Tributaria, ACT, Segurança Social, INE, Banco Portugal e consequentemente, neste âmbito, com o MENAC.

A comunicação é realizada, preferencialmente, por meio de correio eletrónico profissional, e a relação comercial baseia-se na análise de propostas e validação de preços, seguindo critérios qualitativos e quantitativos previamente definidos. A decisão sobre propostas comerciais é fundamentada na meritocracia e na disponibilidade de fornecimento, considerando fatores como qualidade e garantia dos produtos/serviços em relação ao preço apresentado.



A avaliação de fornecedores é realizada através do formulário RAG002, seguindo o procedimento PAG001. Os critérios analisados e pontuados incluem:

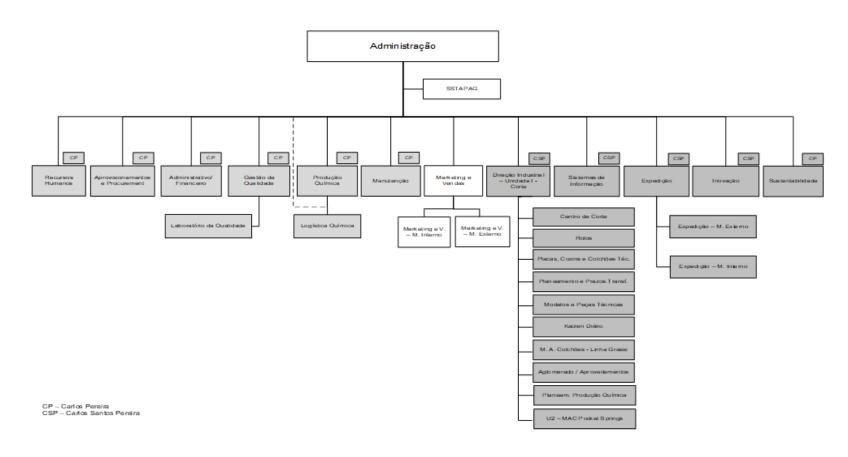
#### Validar os critérios de acordo com o procedimento de avaliação de fornecedores.

- Não conformidade do produto;
- Falta de envio do Certificado de Análise;
- Falhas na entrega ao cliente;
- Atrasos na entrega;
- Necessidade de transporte especial;
- Erros de acondicionamento (identificação incorreta, embalagem inadequada, erro de quantidade, mau estado da embalagem, documentação não conforme).

Atualmente, o Grupo PentaFlex está a implementar o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), reforçando o compromisso com o valor corporativo da transparência e garantindo conformidade (*compliance*) com as boas práticas organizacionais e a legislação vigente. Este compromisso materializase, entre outros aspetos, no presente documento: o Plano de Prevenção de Riscos (PPR).



#### Organograma





#### RGPC - Regime Geral de Prevenção da Corrupção

No Decreto-Lei nº 109-E/2021, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) segue a aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção, com o objetivo de aplicar as prioridades nela estabelecidas, melhorar as práticas institucionais em matéria de transparência, prevenir e detetar riscos de corrupção na ação pública e envolver o setor privado na prevenção e repressão da corrupção.

Para melhor prosseguir estes objetivos, o Decreto-Lei cria o MENAC, entidade administrativa cujo objetivo é promover e controlar a implementação do RGPC, emitir as diretrizes às quais a adoção e implementação dos programas de "compliance" devem obedecer, supervisionar a execução do RGPC, bem como iniciar e decidir os processos relacionados à prática das infrações administrativas previstas no presente regime.

O presente Decreto-Lei estabelece um quadro punitivo para o incumprimento das medidas nele previstas.

Para prevenir e detetar os riscos de corrupção e infrações relacionadas, as entidades cobertas pelo RGPC são obrigadas a adotar e implementar um programa de conformidade regulamentar, que deve incluir:

- Plano de prevenção de riscos corrupção e infrações conexas (PPR);
- Código de conduta;
- Programa de formação;
- Canal de Denúncias;
- Responsável pelo Programa de Cumprimento Normativo.

Um sistema de controlo interno também deve ser implementado para garantir a eficácia deste programa e a imparcialidade dos procedimentos e decisões.

Paralelamente, um responsável pela conformidade deve ser nomeado para assegurar e acompanhar a implementação do programa de conformidade.

Tanto o PPR quanto o código de conduta devem ser revistos a cada três anos ou sempre que houver alterações nas atribuições ou na estrutura orgânica ou corporativa que justifiquem sua revisão.

A fim de identificar possíveis conflitos de interesses dentro de entidades privadas, é também obrigatória a implementação de procedimentos de avaliação de riscos relativos a terceiros que atuem em seu nome, fornecedores e clientes, permitindo a identificação dos beneficiários efetivos

Esta nova abordagem preventiva exige a adoção de medidas eficazes, que devem ser determinadas após uma avaliação destinada a avaliar os riscos que cada entidade diferente pode enfrentar, a fim de mitigálos.



#### PPR - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo PentaFlex surge face à obrigação legal inerente e à criação de **instrumentos e metodologias de prevenção e mitigação de riscos de corrupção** e de medidas tendentes a introduzir a simplicidade, agilidade e transparência nos procedimentos, o Grupo PentaFlex tem como objetivo a implementação de mecanismos de acompanhamento de gestão de conflitos de interesses, promovendo uma cultura organizacional baseada:

- No desenvolvimento de práticas e sistemas de gestão que incentivem e promovam as relações de confiança;
- Na definição, clara e objetiva das situações que configuram conflitos de interesses;
- Na promoção de formação dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere à identificação e denúncia de situações de corrupção;
- Na promoção da responsabilização ética de todos os trabalhadores e no seu envolvimento numa estrutura de prevenção de risco;

O PPR abrange todas as áreas de atividade do Grupo PentaFlex e respetivas unidades e trabalhadores, fornecedores de bens e prestadores de serviços.

Na elaboração do presente instrumento de prevenção de riscos de corrupção ou conflitos de interesses, assumem-se os objetivos seguintes:

- Identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas ou conflitos de interesses relativamente a cada área ou unidade orgânica;
- Identificação das medidas a implementar para prevenir a sua ocorrência;

Na elaboração do presente Plano começou-se por procurar definir o conceito de risco e mapear as áreas e os processos do Grupo PentaFlex, que se subsumam no conceito de risco. Foram ainda identificadas as medidas de prevenção e de controlo interno dos riscos e definidas as formas de acompanhamento e avaliação anual.

#### Situações de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesses

Existe um conjunto de fatores que potenciam ou inibem situações de corrupção ou outras infrações conexas:

• O ambiente propício;



- A qualidade da gestão idoneidade dos gestores e decisores;
- A adequação do sistema de controlo interno;
- A ética e conduta das instituições e dos trabalhadores;
- A motivação dos trabalhadores;

De forma agrupada identificam-se as seguintes atividades como merecedoras de particular atenção no seio da Organização:

- Ausência de independência e neutralidade nas análises e propostas em função de outros interesses;
- Uso de informação privilegiada e/ou confidencial do Grupo PentaFlex para obtenção de vantagens para si próprio e/ou para outrem;
- Atribuição de vantagens a terceiros pela intervenção na preparação de propostas, análises e relatórios por troca de benefícios;
- Condicionamento do processo de decisão, através de omissão/ manipulação/ destruição de informação/ documentação, para benefício próprio e/ou de terceiros;

#### Acompanhamento, Avaliação e Atualização do Plano

O Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas deve ser revisto, obrigatoriamente, **a cada três anos** ou sempre que se opere alguma **alteração nas atribuições** ou na estrutura orgânica que justifique a respetiva revisão.

Este plano pretende ser um instrumento de gestão prático e exequível. A sua natureza é, por isso dinâmica e permanentemente ajustável à realidade. Deve ser encarado como um documento de reforço do Sistema de Controlo Interno e simultaneamente constituir-se como instrumento de monitorização e de identificação de oportunidades de melhoria, em conjugação com a realização de auditorias, sobretudo em áreas onde a ocorrência de riscos é mais frequente ou onde estes representem maior gravidade. O sucesso deste Plano decorrerá do grau de acolhimento de cada responsável e da sua execução atempada, bem como da sua divulgação alargada junto de todos os trabalhadores do Grupo PentaFlex.

Assim, os responsáveis de cada Direção devem executar ou promover a execução das medidas preventivas indicadas neste documento, para tal criando os métodos e definindo os procedimentos que entenderem adequados, bem como envolvendo ativamente outras unidades orgânicas, sempre que tal se revele desejável ou necessário.



#### Matriz de Risco

Probabilidade de Ocorrência do	Risco (PO)	
Ваіха	Média	Alta
A prevenção do risco decorre adequadamente das medidas preventivas / corretivas adotadas anteriormente	A prevenção adequada do risco pode requerer e justificar medidas preventivas adicionais relativamente às que já existam	A prevenção adequada do risco requer medidas corretivas adicionais relativamente às que já existam.
Notas explicativas		
menos i ano) e referenciai adequa	ado para a aferição da probabilidade c	de ocorrencia de um risco.
O histórico da eficácia das	Análise do histórico de avaliação da	O histórico de avaliação da
medidas, ou seja, o	eficácia das medidas preventivas /	eficácia das medidas
desconhecimento da ocorrência	corretivas adotadas, considerando	preventivas já adotadas
do risco num intervalo de tempo	um intervalo de tempo com alguma	revela claros sinais de
com alguma consistência (pelo	consistência (pelo menos 1 ano)	ineficácia e requer a
menos 1 ano) é referencial	revela alguns sinais que suscitam a	necessidade de adoção de
objetivamente adequado para	utilidade de adoção de medidas	medidas corretivas
este posicionamento.	preventivas adicionais tendo em	adicionais tendo em vista
	vista robustecer a eficácia da	uma prevenção mais eficaz.
	prevenção	

Relativamente a riscos e correspondentes medidas preventivas identificadas de novo – aquando da elaboração da primeira versão do PPRCIC – em que ainda não existem evidências objetivas (históricas) sobre a eficácia das medidas de prevenção adotadas, consideramos que seja adequado e prudente – nomeadamente por estarmos a trabalhar no campo da prevenção – classificar os riscos com pelo menos, uma probabilidade de ocorrência Média.



Impacto Previsível d	la Ocorrência dos Riscos (IP)	
Baixa	Média	Alto
risco pode traduzir- se numa redução da eficiência do procedimento ou da	A ocorrência do risco pode traduzir-se numa redução da eficiência e eficácia do procedimento ou da função a que está associado, requerendo a revisão do procedimento e dos correspondentes objetivos que lhe estão associados.  Trata-se de um impacto interno, com implicações no plano processual e produtivo da entidade ou organização.	se numa redução da eficiência e

#### **Notas explicativas**

A avaliação desta dimensão está reconhecidamente exposta a alguma carga de subjetividade. No entanto, a previsão de impactos pode alicerçar-se em critérios objetivamente válidos e adequados para este efeito, como são a eficiência e a eficácia funcional ou processual e a reputação institucional.

Objetivamente, atenta-se à reputação institucional quando estamos a trabalhar na prevenção, riscos de integridade, corrupção e infrações conexas, como é o caso do RGPC e do PPR. Efetivamente, a realidade tem mostrado nos últimos anos, em Portugal e um pouco por todo o mundo, como notícias associadas a estas temáticas têm sido objeto de frequente e intensa mediatização, e como toda essa dinâmica provoca grande danosidade reputacional sobre as entidades e organizações associadas.

De acordo com este elemento e considerando novamente o carácter prudente que deve caracterizar o processo de análise e avaliação de risco, como já se indicou anteriormente a propósito de classificação da probabilidade de ocorrência, consideramos objetivamente adequado que todos os riscos desta natureza (integridade, corrupção e infrações conexas) sejam classificados com um impacto previsível de Alto.



Matriz de Af	erição do Nível	de Risco a partir dos	Critérios Probabilida	ide e Impacto Previsível				
		Probabilidade de Ocorrência do Risco (PO)						
		Baixa (1)	Média (2)	Alta (3)				
Impacto	Baixo (1)	Mínimo	Fraco	Moderado				
Previsível (IP)	Médio (2)	Fraco	Moderado	Elevado				
( /	Alto (3)	Moderado	Elevado	Máximo				

#### **Nota explicativa**

A classificação do nível de risco deve ser sempre acompanhada da cor correspondente por forma a que, facilmente, uma rápida visualização sobre todo o PPRCIC permita perceber em que unidades orgânicas e, dentro delas, em que funções ou procedimentos se identificam os riscos que requerem mais cuidado no seu acompanhamento, e que são sobretudo os de cor vermelha(riscos de nível elevado e máximo), os quais, nos termos do art.º 6.º do RGPC têm de ser objeto de avaliação semestral (em abril e outubro de cada ano) sobre o seu grau de execução e sobre a sua eficácia.

#### Áreas de Risco

Os riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, configuram potenciais desvios no desenvolvimento das atividades, gerando impactos nos seus resultados.

Tendo em vista a eliminação e/ou minimização da sua ocorrência, torna-se indispensável proceder a uma adequada identificação das áreas suscetíveis de comportarem riscos de corrupção.

Tendo em conta o objeto, as atribuições e a missão do Grupo PentaFlex são identificadas como passíveis de serem sujeitas a atos de corrupção e infrações conexas as seguintes atividades identificadas em macroprocessos;



### Enquadramento dos crimes do âmbito do Regime Geral da Prevenção da corrupção.

Elenco – Legislação	Definição legal	Atos
Artigo 7.º do Código Penal – Corrupção com prejuízo do comércio internacional	Quem por si ou, mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa der ou prometer a funcionário, nacional, estrangeiro ou de organização internacional, ou a titular de cargo político, nacional ou estrangeiro, ou a terceiro com conhecimento daqueles, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para obter ou conservar um negócio, um contrato ou outra vantagem indevida no comércio internacional, é punido com pena de prisão de um a oito anos	Quando um funcionário de uma entidade ou organização internacional solicita, ou recebe um suborno, ou a sua promessa, em troca de tomar uma decisão, no âmbito das suas funções, que beneficie quem o subornou e em procedimento de comércio internacional
Artigo 8.º do Código Penal – Corrupção no setor privado	O trabalhador do setor privado que, por si ou, mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer ato ou omissão que constitua uma violação dos seus deveres funcionais.	Quando o funcionário de uma entidade ou organização particular solicita, ou recebe um suborno, ou a sua promessa, em troca de tomar uma decisão que seja contrária aos seus deveres funcionais e que beneficie quem o subornou
Artigo 335.º do Código Penal - Tráfico de influência	Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade	Quando alguém solicitar ou receber um bem, ou valor material, ou financeiro em troca de mover as suas influências junto de uma entidade, ou serviço publico tendo em vista um determinado propósito ilícito dessa entidade, ou serviço.



Artigo 368.º-A do Código Penal - Branqueamento	Quem converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência de vantagens, obtidas por si ou por terceiro, direta ou indiretamente, com o fim de dissimular a sua origem ilícita, ou de evitar que o autor ou participante dessas infrações seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reação criminal	Quando alguém procede de modo intencional para ocultar a origem ilícita de bens e valores patrimoniais, financeiros ou materiais
Artigo 372.º do Código Penal - Recebimento e oferta indevidos de vantagem	O funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida	Quando um dirigente ou funcionário de uma organização, no exercício das suas funções, solicita ou recebe de outra pessoa, direta ou indiretamente, um bem patrimonial ou financeiro que não lhe é devido e que é suscetível de condicionar os seus deveres de integridade e isenção
Artigo 377.º do Código Penal - Participação económica em negócio	O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, cumpre-lhe, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar,	Quando um dirigente ou funcionário de uma organização, no exercício das suas funções, toma decisões que beneficiem um determinado interesse particular, do próprio ou de terceiro, lesando o interesse ou provocando prejuízos para a organização ou entidade

#### **Medidas Preventivas e Corretivas**

Tendo em conta as atividades de risco acima mencionadas, importa implementar medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificadas, com particular enfoque nas situações de risco elevado ou máximo, em que as medidas de prevenção devem ser mais exaustivas, sendo prioritária a respetiva execução.

Dependendo do grau e natureza do risco, os objetivos das medidas preventivas poderão ser:



- **Terminar** o risco, eliminando a sua causa:
- Tratar o risco, procurando minimizar a probabilidade da sua ocorrência e/ou o seu impacto negativo;
- Tolerar o risco e os seus impactos;
- Transferir o risco para terceiros.

#### Medidas genéricas

O Grupo PentaFlex enuncia nestes documentos medidas preventivas e corretivas, transversais à organização, implementadas, tais como:

- Promoção do Código de Ética e Conduta;
- Promoção de Formação sobre Ética e Cultura Organizacional;
- Monitorização do processo interno de gestão de contratos;
- Elaboração e implementação de um manual de procedimentos por área;
- Prever no Código de Ética e Conduta a necessidade de todos os colaboradores comunicarem qualquer oferta recebida de um fornecedor;
- Implementação de um sistema de avaliação de fornecedores;
- Gestão da assiduidade e pontualidade;
- Definição de rotinas de auditoria;
- Reporte periódico à Administração;

O Grupo PentaFlex refere ainda demais medidas preventivas e corretivas, em fase de planeamento para a sua implementação:

- Criação de um procedimento de "Recrutamento Transparente";
- Sujeição da aprovação dos relatórios de auditoria à Administração
- Princípios de Conservação Arquivística da Organização;



- Segregação de funções de processamento e de autorização;
- Declaração de Pedido de acumulação de funções (Anexo I);



Analise e avaliação dos riscos das Unidades Orgânicas do Grupo PentaFlex

Funções	Fator Potencial de Risco	Probabilida de	Impacto	Classificaç ão	Medidas Preventivas de Controlo		
Transversal a todas as Unidades Orgânicas							
	Atribuição de patrocínios e donativos	Média	Baixo	Fraco	Prever no Código de Ética e Conduta a necessidade de todos os colaboradores recusarem qualquer patrocínio recebido de um fornecedor.		
Parcerias, Donativos e Patrocínios.	Atribuição de ofertas e realização de convites para eventos.	Média	Baixo	Fraco	Prever no Código de Ética e Conduta a necessidade de todos os colaboradores recusarem qualquer oferta recebida de um fornecedor.		
Aprovisionamentos e	Procurement						
	Recebimento de presentes ou benefícios similares, gratificações ou qualquer outro tipo de incentivo ou vantagem patrimonial ou não patrimonial, que sejam suscetíveis de condicionar a imparcialidade das funções desempenhadas, de serem	Baixa	Baixo	Mínimo	Formação e disseminação do Código de Conduta.  Declaração de Recebimento de presentes, hospitalidades e outros benefícios		



percecionados como suborno ou influência ilegítima e/ou				
Estabelecimento de relações de negócios sem celebração de contrato por escrito	Média	Médio	Moderado	√ Criação e utilização de minuta contratual pré-definida na contratação de terceiros, sempre que possível;
Aquisição de bens que não decorram de reais necessidades para benefícios alheios à organização	Baixa	Baixo	Mínimo	✓ Aplicação da grelha matriz de aprovação e de autonomia, com níveis definidos, para aprovação de novas propostas comerciais; ✓ Monitorização periódica da estrutura contabilística e de custos da Flex2000, de forma a identificar custos desnecessários.
Contratações/subcontratações não aprovadas ou aprovadas com o nível de delegação de autoridade indevido	Baixa	Médio	Moderado	√ Aplicação da grelha matriz de aprovação e de autonomia, com níveis definidos, para aprovação de novas propostas comerciais.



Financeiro						
Gestão de	Acesso a fundos.	Baixa	Reduzido	Fraco	Reduzida utilização movimentos em numerário (residual); Segregação funções e limitação acessos <i>homebanking</i> ; Definição de rotinas de auditoria; Reporte periódico à Administração.	
Tesouraria	Acesso a informação comercialmente sensível / informação privilegiada ou confidencial.	Baixa	Reduzido	Fraco	Criação de mecanismos de acesso restrito a informação de natureza confidencial Formação e disseminação do Código de Conduta.	
Deporte Financia	Relacionamento com agentes públicos e/ou pessoas politicamente expostas.	Baixa	Reduzido	Fraco	Relacionamentos centralizados ao nível da administração Formação e disseminação do Código de Conduta.	
Reporte Financeiro e Fiscalidade	Acesso a informação comercialmente sensível / informação privilegiada ou confidencial.	Ваіха	Reduzido	Fraco	Criação de mecanismos de acesso restrito a informação de natureza confidencial Formação e disseminação do Código de Conduta.	
Gestão Financeira	Negociação/Contratação de entidades terceiras privadas (conflitos de interesses)	Baixa	Reduzido	Fraco	Pouca dependência face a entidades terceiras (bancárias) Negociação final centralizada ao nível da administração Formação e disseminação do Código de Conduta.	
Recursos Humanos						
Gestão de Recursos Humanos	Relacionamento com agentes públicos e/ou pessoas politicamente expostas	Média	Baixo	Fraco	Promoção do Código de Ética e Conduta.	



	Negociação/Contratação de entidades terceiras privadas (conflitos de interesses)	Alta	Baixo	Moderado	Promoção do Código de Ética e Conduta.
	Favorecimento na contratação de colaboradores (conflitos de interesses)	Média	Baixo	Fraco	Promoção do Código de Ética e Conduta.
Gestão da Qualidade	e Laboratório				
	Negociação/Contratação de entidades terceiras privadas (conflitos de interesses)	Baixa	Médio	Fraco	Prever no Código de Ética e Conduta a necessidade de todos os colaboradores comunicarem qualquer oferta recebida de um fornecedor.
	Envolvimento com terceiros associados a situações de corrupção/integridade	Baixa	Médio	Fraco	Definição de rotinas de auditoria. Reporte periódico à Administração.
	Relacionamento com agentes públicos e/ou pessoas politicamente expostas	Baixa	Médio	Fraco	Definição de rotinas de auditoria. Reporte periódico à Administração.
	Acesso a informação comercialmente sensível / informação privilegiada ou confidencial.	Baixa	Alto	Moderado	Promoção do Código de Ética e Conduta. Promoção de Formação sobre Ética e Cultura Organizacional. Definição de rotinas de auditoria. Reporte periódico à Administração.
Expedição					
	Contratação de transportes com favorecimento	Média	Baixo	Fraco	Sistema de monitorização de escolha do valor mais baixo Promoção do Código de Ética e Conduta.



	Ocultação de não conformidades perante e/ou com o cliente	Baixa	Médio	Fraco	Promoção do Código de Ética e Conduta. Rastreamento de encomendas / etiquetas com base nas guias				
	Seleção de fornecedores com base em ofertas pessoais	Média	Médio	Moderado	Sistema de monitorização de escolha do valor mais baixo Promoção do Código de Ética e Conduta.				
Manutenção									
	Seleção de fornecedores com base em ofertas especiais				Promoção do Código de Ética e Conduta.  Seleção o de novos colaboradores com base na valorização do carácter e dos valores de conduta  Matriz de Avaliação - Implementação da mentalidade de reconhecimento por rendimento e não por antiguidade.				
	Partilha de orçamentos proposta entre empresas concorrentes, antes da adjudicação				A gestão e análise de propostas de valor significativo são centralizadas no departamento de aprovisionamento e procurement, tendo como principal iniciativa a busca de propostas alternativas para o mesmo de âmbito e qualidade.				

**Marketing e Comercial** 



	Relacionamento com agentes públicos e/ou pessoas politicamente expostas.							
	Acesso a informação comercialmente sensível / informação privilegiada ou confidencial.							
	Acesso a informação comercialmente sensível / informação privilegiada ou confidencial.							
Sistemas de Informaç	ão							
	Acesso indevido a informação privilegiada.							
	Acesso indevido a informações pessoais.							
	Adulteração de sistemas com vista a afetar os negócios.							
Operações fabris e industriais								
	Sonegação de informações de não conformidades.	Baixa	Médio	Fraco	Promoção do Código de Ética e Conduta.			
	Negociação particular com clientes ou intermediários para	Baixa	Médio	Fraco	Promoção do Código de Ética e Conduta.			



aceitação de material conforme.	não			
Permissão para os comer através de influêr alterarem as prioridades corte	cias, Baixa	Médio	Fraco	Promoção do Código de Ética e Conduta.



FLE00052024FEV

#### Sanções para Atos de Corrupção e Infrações Conexas

Todas as transações ou atos relativamente aos quais exista suspeita de corrupção ou de atividades conexas praticadas por trabalhadores da Grupo PentaFlex serão devidamente investigadas pelos órgãos responsáveis da Organização e serão comunicadas ao Ministério Público no caso de existirem indícios do cometimento de tais crimes.

Os infratores serão objeto de processo disciplinar bem como das respetivas sanções aplicáveis no âmbito da legislação em vigor.

### Relatórios de Avaliação

O Grupo PentaFlex, à luz do exigido pelo RGPC elabora relatórios periódicos de monitorização de situações identificadas. O procedimento inerente a essa elaboração consta do documento interno "**Programa de Cumprimento Normativo – RGPC**".

#### Avaliação Intercalar

Elaborar, no mês de outubro, um relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo.

#### Avaliação anual

Elaborar, no mês de abril do ano seguinte a que respeita à execução, um relatório de avaliação anual. Neste relatório inclui-se a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Os relatórios de avaliação terão por base os contributos apresentados pelos responsáveis de cada unidade orgânica, nomeadamente sobre o balanço das medidas adotadas e das medidas por adotar, descrição dos riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm e os riscos identificados ao longo do ano que não foram contemplados no plano inicial.



FLE00052024FEV

#### **Anexos**

### Anexo I - Declaração de Pedido de Acumulação de Funções

Declaração de Pedido de Acumulação de Funções

B.I./CC n°,					
DIRIGENTE/TRABALHADOR], a c [cargo atual]	desempenhar funç	ões no Grupc	PentaFlex ocu	ipante do carg	o de
funções por meio des acumulado]	ta declaração,	•			ser
Afirmo que não existe conflito que [não são concorrentes, simi públicas que exercidas /Não sã isenção e a imparcialidade exigio para o interesse público ou para	ilares ou conflituar ão desenvolvidas e das pelo desempe	ntes / não há i em horário so nho de funçõe	ncompatibilida breposto / Nã es públicas / Nã	ide com as fun o compromete io acarreta prej	ções em a juízo
Mais declara que:					
A atividade a acumular será exerum horário de trabalho de de,€/mês (quand Subordinado (contrato)] (quand	(quando aplicável), con	do aplicável) (	e com uma ren	nuneração a au	ıferir
O(A)subscritor(a), sob compro responsabilidade penal caso p presente requerimento correspo	oreste falsas decla				
Pede deferimento,					
Local,/					

(Assinatura do(a) requerente)



FLE00052024FEV

Anexo II - Recebimento de presentes, hospitalidades e outros benefícios

Receb	imento d	e presente	s, hosp	oitalidad	des e outr	os benefício	OS				
						[NOME]	, porta	dor/a	do	B.I./C	C n <sup>c</sup>
		com				, atua					
						[MEMBRO	DO ÓRGA	ÃO DE	ADM	INISTR	AÇÃO,
DIRIG	ENTE/TRA	ABALHADO	R], a c	desemp	enhar fun	ções no Gru	ipo Pental	Flex ocu	upante	e do ca	rgo de
[CARC	60]					nos termos	do artigo	16°, da	Lei n.	° 52/20	)19, de
31	de	julho,	Ve	enho	por	este	meio,	CC	omuni	car	que
				[	IDENTIFIC	CAÇÃO DA	ENTIDA	DE/PES	SOA	OFERT	ANTE]
					(I	DENTIFICAR	O CONT	EXTO E	TIPO	DE OF	ERTA)
						UANDO NÃ					
REAL)											
Data	, ,										
Data_											

(Assinatura do(a) requerente)